CIDAC
Centro de Documentação
TL 2735

GATIMOR - Gabinete dos Assuntos de Timor

AV. DUQUE DE LOULÉ 90, R/C DTO. - 1000 LISBOA

TELEFONE 57 74 51

N/ REF.

Data 15 de Abril de 1983

V/ Ref

C O M U N I C A D O

Um Semanário lisboeta publicou uma notícia em artigo assinado pelo seu correspondente na Austrália, por sinal antigo dirigente da FRETILIN, referindo que Portugal estaria disposto a reconhecer a integração de Timor na Indonésia, interessando-se apenas agora "em manter vivas a língua e a cultura portuguesas em Timor", segundo declarações atribuídas ao Dr. Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira.

Essas declarações a serem verdadeiras seriam absolutamente graves e, por isso, o próprio Dr. Jardim as desmentiu peremptoriamente, à sua chegada ao aeroporto de Lisboa, finda a sua digressão pela Austrália, país onde vivem milhares de timorenses.

Se houve má interpretação ou não por parte do referido correspondente, a verdade é que a notícia se integra perfeitamente na manobra ora encetada para relançar a FRETILIN, quando todos os dados até agora recolhidos levam a concluir que esta força política nunca representou a vontade da maioria dos timorenses e nem sequer é aquela que conduz neste momento a resistência timorense, em Timor.

Por isso, é também ocasião para pôr as coisas em pratos limpos, a fim de se evitar que pela mão da FRETILIN se procure ainda continuar a inviabilizar qualquer solução para a questão de Timor. Recorde-se, a propósito, que a FRETILIN só obteve sucesso em Timor, porque o Sr. Coronel Lemos Pires e os Srs. Majores Mota e Jónatas, abusando dos seus poderes, manipularam os militares timorenses, enfeudando-os àquela formação política. À luz dos acontecimentos posteriores e dos documentos e testemunhos disponíveis, a actuação dos Senhores Coronel Lemos Pires e Majores Mota e Jónatas foi criminosa e contrária aos princípios da honra e pundonor militares.

Por outro lado, a propósito deste incidente, a Comissão Parlamentar, pela boca do seu Presidente, veio manifestar a opinião de que a melhor solução para Timor neste momento seria um <u>referendum</u> em que o povo timorense seria levado a decidir entre a independência ou a integração na Indonésia. É lamentável que, depois de oito anos de luta do povo timorense, um órgão responsável emita semelhante opinião que tem o sabor de um refinado sadismo político. Face aos princípios do direito internacional e da Carta das Nações Unidas, a única solução consiste no regresso da administração portuguesa para conduzir o processo de descolonização no respeito pelos interesses do povo timorense e dos Estados vizinhos.

O GATIMOR,

José da Costa Amaral